

Trabalhadores da Unicamp entram em greve contra autarquia na saúde

Paralisação será de 48 horas, ao menos até que projeto seja votado pelo Consu

Por Moara Semeghini

O Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) aprovou, em assembleia realizada nesta quinta-feira (11), uma greve de 48 horas a partir desta segunda-feira (15) em protesto contra a proposta de autarquização da área da saúde da universidade. A paralisação seguirá até terça (16), quando o projeto será debatido e votado pelo Conselho Universitário (Consu). Uma nova assembleia está marcada para quarta (17), quando a categoria decidirá se suspende ou mantém o movimento.

“Dia 15 e 16 nós vamos parar a universidade para responder ao reitor da Unicamp que nós não queremos a autarquização na área de saúde”, afirmou Toninho Alves, diretor do STU. Segundo ele, a orientação é que os servidores cruzem os braços e acompanhem a discussão em frente à reitoria. “Convocamos todos a estar conosco nesta luta.” Segundo o diretor do STU, ao menos 10 mil pessoas já assinaram os abaixo-assinados contra a privatização dos hospitais da Unicamp, entre listas virtuais e presenciais.

Críticas à proposta

Toninho afirma que a proposta de autarquização foi apresentada sem tempo hábil para debate. “O projeto chegou em novembro e já seria votado no Consu no dia 2 de dezembro. Foi retirado



Projeto de criação de autarquia da saúde da Unicamp será votado pelo Consu

de pauta e agora volta no dia 16. Não houve discussão suficiente”, argumenta. O sindicalista também lista uma série de preocupações relacionadas aos vínculos trabalhistas. Entre elas, a situação dos terceirizados da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp), que, segundo ele, não teriam garantia de contratação pela nova autarquia. “Teriam que pedir demissão, passar por um novo processo seletivo”, diz.

Para os concursados, Toninho diz que o modelo pode levar à es-

tagnação na carreira, já que o servidor seria “emprestado” à nova autarquia, deixando de concorrer a progressões e, possivelmente, perdendo benefícios. “Há risco jurídico, porque não está garantido que quem está emprestado receberá todos os direitos”, alerta. Ele também critica a previsão de contratações diferentes, como PJ, terceirizados e temporários. “É o fim do concurso público.”

Outro ponto contestado pelo sindicato é a cessão de parte da infraestrutura da universidade,

estimada em 25% da área física. “O projeto permite que bens móveis e imóveis cedidos à autarquia sejam vendidos ou alugados. Um prédio como o do CAISM pode acabar nas mãos da iniciativa privada”, afirma. Toninho também aponta riscos de “dupla porta”, afirmando que o texto prevê atendimento prioritário ao SUS, e não exclusivo.

Ele ainda destaca a tramitação na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). “Não está garantido que o projeto aprovado no

Consu será mantido pelos deputados. Lá, podem mudar tudo conforme os interesses políticos.”

Por fim, critica a promessa de aporte financeiro. “Eles dizem que vão receber R\$ 1 bilhão do governo, mas isso só em 2032. Até lá, a Unicamp continuará bancando os custos. E não sabemos que governo teremos em 2032”, disse. O diretor afirma que modelos semelhantes, como em Botucatu e no Hospital da USP, não solucionaram problemas de financiamento. “Vendendo como solução, vão criar um novo problema e afastar o hospital da estrutura de ensino, pesquisa e extensão.”

Reitoria

Em entrevista à TV Unicamp, o reitor Paulo Cesar Montagner afirmou que a autarquização é uma resposta à necessidade urgente de reequilíbrio orçamentário. Ele destacou que o orçamento da universidade para 2026 prevê o uso de R\$ 890,8 milhões da reserva estratégica, ao mesmo tempo em que a área da saúde já consome R\$ 1,1 bilhão dos recursos da instituição. “A área da saúde é fundamental, mas precisa de novos investimentos. É muito difícil sustentar um hospital dessa natureza só com o orçamento da universidade”, disse. O reitor afirmou que o modelo assegura direitos dos servidores e a manutenção do atendimento via Sistema Único de Saúde (SUS).

Unicamp formaliza criação de nova autarquia com assinatura de Carta-Compromisso

A Reitoria da Unicamp formalizou, nesta sexta-feira (12), os seis princípios que deverão orientar o programa de expansão acadêmica da Universidade, a partir da criação da autarquia de sua área da saúde. O documento, assinado pelo reitor Paulo Cesar Montagner, relaciona parâmetros considerados fundamentais pela Administração para garantia de direitos, além de assegurar transparência, diálogo e responsabilidade institucional de todo o processo.

O projeto de autarquização da área da saúde da Unicamp será votado pelo Conselho Universitário (Consu) na próxima terça-feira (16). Se for aprovado, será encaminhado ao Governo do Estado para implementação. Antes disso, porém, terá de ser votado na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

O primeiro princípio prevê que a proposta terá de ser fundamentada em Projeto de Lei Complementar e, assim, ganhar perenidade. O segundo é o que pretende trazer a garantia da preservação integral dos direitos dos trabalhadores que atuam hoje na área da saúde da Universidade.

O terceiro princípio é o de que o atendimento na nova autarquia permanecerá 100% SUS (Sistema Único de Saúde). Terá, ainda, segundo o quarto princípio, a garantia de que a Unicamp irá indicar os administradores da nova autarquia. O quinto pretende garantir a expansão acadêmica ao estabelecer estratégias para admissão de servidores e docentes e técnico-administrativos. Por fim, o sexto princípio preconiza que o processo de autarquização não afetará o orçamento da Universidade.



Rampa de acesso da entrada principal do HC da Unicamp

A proposta de alteração no sistema de gestão da saúde surgiu em setembro, quando o governo estadual admitiu a possibilidade de assumir o orçamento do setor. A partir de então, um Grupo de Trabalho (GT) foi montado para a elaboração do projeto básico.

Em seguida, teve início o ciclo de consultas à comunidade, com reuniões setoriais com diretores de unidades e órgãos, bancadas de docentes, servidores e estudantes, além de representantes do Sindicato dos Servidores da Unicamp.

O diretor executivo da Área

da Saúde (Deas), professor Luiz Carlos Zeferino lembra que o modelo a ser proposto para a Unicamp segue o adotado pela Unesp que, em 2010, transformou o Hospital das Clínicas de Botucatu em autarquia. Ele lembrou que esse modelo funciona há várias décadas na USP e está amplamente disseminado entre as universidades federais. “Dos 51 hospitais-escola vinculados a 36 universidades federais, 48 são autarquizados”. O reitor da Unicamp e o coordenador-geral encerraram, na tarde desta sexta-feira (12), o ciclo de consultas à comunidade sobre o projeto de expansão acadêmica a partir da autarquização da área da saúde da Universidade. O fim da série contou com uma conversa com servidores e representantes do sindicato dos servidores, realizada na sala do Consu.